



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM PSICOLOGIA, AVALIAÇÃO E ATENÇÃO À SAÚDE

**POLÍTICAS DE AUSTERIDADE, TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS E
ESTRATÉGIAS DE CUIDADO POSSÍVEIS ÀS POPULAÇÕES VULNERABILIZADAS**

Tainá Morais da Silva

Orientador (a): Jeane Saskya Campos Tavares

Co-orientador (a): Dóris Firmino Rabelo

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de artigo, elaborado
de acordo com as normas da revista *Barbarói*

Santo Antônio de Jesus, 04 de junho de 2021.

Políticas de austeridade, Transtornos mentais comuns e estratégias de cuidado possíveis às populações vulnerabilizadas

Resumo

Considerando que o conjunto de medidas predatórias dos regimes de austeridade contribui para o aumento dos sintomas entendidos como Transtornos mentais comuns (TMC) e que os profissionais de psicologia podem atuar na redução dos danos causados aos grupos vulnerabilizados construindo colaborativamente com os sujeitos e comunidades estratégias éticas e políticas de manejo do sofrimento psíquico e produção de saúde, esta revisão integrativa pretende analisar repercussões das medidas de austeridade adotadas no Brasil sobre a saúde da população que não pertence às classes economicamente favorecidas pelas decisões governamentais. É possível encontrar estudos que apontam relações dos TMC com vulnerabilidade social e definem seus sintomas como insônia, fadiga, esquecimento, irritabilidade, dificuldades de concentração, queixas somáticas cursando com sentimento de inutilidade, sendo, geralmente, encontrados em indivíduos com baixa classe socioeconômica, mulheres, usuários de álcool e outras drogas, entre outros grupos minoritários. Além disso, são discutidas estratégias de cuidados possíveis no exercício da Psicologia com as populações vulnerabilizadas.

Palavras- chave: políticas de austeridade; transtornos mentais comuns; estratégias de cuidado.

Austerity policies, Common mental disorders, and possible care strategies for vulnerable populations

Abstract

Considering that the set of predatory measures of austerity regimes contributes to the increase of symptoms understood as common mental disorders (CMD) and that psychology professionals can act to reduce the damage caused to vulnerable groups by collaboratively building ethical strategies and policies for managing the disease. psychological suffering and health production, this integrative review intends to analyze the repercussions of the austerity measures adopted in Brazil on the health of the population that does not belong to the economically favored classes by government decisions. It is possible to find studies that point out relationships between CMD and social vulnerability and define their symptoms as insomnia, fatigue, forgetfulness, irritability, concentration difficulties, somatic complaints with feelings of worthlessness, and are usually found in individuals low socioeconomic class, women, users of alcohol and other drugs, among other minority groups. In addition, possible care strategies in the exercise of Psychology with vulnerable populations are discussed.

Keywords: austerity policies; common mental disorders; care strategies.

Políticas de austeridad, trastornos mentales comunes y posibles estrategias de atención a poblaciones vulnerables

Resumen

Considerando que el conjunto de medidas predatorias de los regímenes de austeridad contribuye al incremento de síntomas entendidos como Trastornos Mentales Comunes (TMC) y que los profesionales de la psicología pueden actuar para reducir el daño causado a los grupos vulnerables mediante la construcción colaborativa de estrategias y políticas éticas para el manejo de la psicología. angustia y producción de salud, esta revisión integradora tiene como objetivo analizar las repercusiones de las medidas de austeridad adoptadas en Brasil sobre la salud de la población que no pertenece a las clases económicamente favorecidas por decisiones gubernamentales. Es posible encontrar estudios que señalan la relación de los TMC con la vulnerabilidad social y definen sus síntomas como insomnio, fatiga, olvido, irritabilidad, dificultades de concentración, quejas somáticas con sentimientos de inutilidad, encontrándose generalmente en individuos de clase socioeconómica baja, mujeres, consumidores de alcohol y otras drogas, entre otros grupos minoritarios. Además, se discuten posibles estrategias de atención en el ejercicio de la Psicología con poblaciones vulnerables.

Keywords: políticas de austeridad; trastornos mentales comunes; estrategias de cuidado.

1. Introdução

O transtorno mental comum (TMC) refere-se à sintomas que não chegam a preencher critérios suficientes para diagnósticos de transtornos de ansiedade ou do humor relatados nos manuais DSM-V (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders - 5ª edição*) ou CID-11 (*Classificação Internacional de Doenças - 11ª revisão*), mas que, ainda assim, levam à incapacitação funcional tendo uma prevalência que varia entre 17% e 35% no Brasil (SANTOS ET AL, 2019). Acerca dos TMC, é possível encontrar estudos que apontam relações destes com vulnerabilidade social (baixa escolaridade, condições precárias de moradia, baixa renda e desemprego) e definem seus sintomas como insônia, fadiga, esquecimento, irritabilidade, dificuldades de concentração, queixas somáticas cursando com sentimento de inutilidade, sendo, geralmente, encontrados em indivíduos com baixa classe socioeconômica, mulheres, usuários de álcool e outras drogas, entre outros grupos minoritários (JANSEN et al , 2011).

Sobretudo nos países em desenvolvimento, em que se observa a radicalização do modelo neoliberal, tem-se o aumento do número de pessoas com problemas de saúde física e mental que afetam diretamente o mundo do trabalho e eleva a demanda para serviços de saúde. Como afirma Petras (2002), o desemprego, como a face mais visível dos problemas da população em relação ao regime de austeridade, pode levar muitos indivíduos à depressão, auto culpabilização, isolamento, vergonha entre outros tantos sintomas. Os TMC são associados à incapacitação funcional e à presença de comorbidades que agravam os quadros clínicos

individuais e a vulnerabilidade dos coletivos (MARAGNO et al, 2006; JANSEN et al, 2011). Este quadro de sofrimento psíquico e empobrecimento relaciona-se ao avanço do neoliberalismo e dos regimes de austeridade uma vez que estes resultam na ausência de proteção social para mais da metade da população mundial, havendo um contingente maior de pessoas desprotegidas onde há maior necessidade, sendo que os hipossuficientes, como crianças e idosos, são os menos protegidos, seja por motivo de baixas coberturas ou pelo baixo valor dos benefícios das aposentadorias.

Neste contexto, o exercício da Psicologia exige considerar as territorialidades, violências, políticas e subjetividades assumindo mudanças de paradigmas e denunciando as diversas formas de produção de mortes (HUNING; BERNARDES; REIS, 2019). Barros, Benício e Bicalho (2019), ao citarem Martin-Baró, alertam que a Psicologia latino-americana deve descentrar a atenção de si, assumindo um projeto que propõe perspectivas críticas a partir dos problemas reais da sociedade, o que Martin-Baró denominou como “potencialização da virtude dos povos”, isto significa assumir um projeto ético-político para a prática e pesquisa em Psicologia que se liberte de estruturas sociais de opressão e colonização que trabalham pela manutenção da subjugação dos povos.

Referidos autores destacam que são necessárias novas direções ético-metodológicas que possibilitem a socialização de novas experiências que contribuam de fato para uma transformação social com uma concepção de um sujeito social e histórico que viva uma vida vivível, de fato. Assim, diante do avanço das medidas de austeridade de viés neoliberal, nos interessa compreender os impactos destas medidas de ajuste fiscal no aumento dos sintomas associados à TMC. Do mesmo modo que, é mister refletir sobre quais as perspectivas de atuação dos profissionais de psicologia na redução dos danos causados aos segmentos sociais vulnerabilizados.

Consideramos, portanto, que: a) o conjunto de medidas predatórias dos regimes de austeridade contribui para o aumento dos sintomas entendidos como TMC; b) que os profissionais de psicologia podem atuar na redução dos danos causados aos grupos minoritários construindo colaborativamente com os sujeitos e comunidades estratégias éticas e políticas de manejo do sofrimento psíquico e produção de saúde.

Diante da estreita relação entre os TMC e a vulnerabilidade social, que é potencializada na vigência de um regime de austeridade, esta revisão integrativa pretende

analisar repercussões das medidas de austeridade adotadas no Brasil sobre a saúde da população que não pertence à elite privilegiada pelas decisões governamentais. Além disso, são discutidas estratégias de cuidados possíveis no exercício da Psicologia com as populações vulnerabilizadas.

2. Método

Este trabalho consiste em uma revisão integrativa de literatura especializada e artigos brasileiros, publicados entre os anos de 2010 a 2021. Uma revisão integrativa consiste numa metodologia que permite sintetizar conhecimento visando a aplicabilidade dos resultados de estudos significativos à prática, o que compreende inclusão de estudos experimentais e não experimentais, com o fim de um melhor entendimento do fenômeno analisado, combinando dados da literatura teórica e empírica e criando um panorama abrangente de conceitos, teorias ou problemas de saúde relevantes (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010; WHITTEMORE; KNAFL, 2005, apud SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

A pesquisa contemplou a ferramenta de busca Google Acadêmico e a base de dados Scientific Electronic Library Online – SciELO. Em buscas realizadas nos meses de dezembro de 2020 a abril de 2021, foram feitas pesquisas com a utilização das palavras-chave: “regimes de austeridade e saúde mental”, “neoliberalismo e saúde”, “austeridade e saúde”, “transtornos mentais comuns e neoliberalismo”, “seguridade social e neoliberalismo”, “psicologia e neoliberalismo”, “práticas em psicologia e neoliberalismo”, e “populações vulneráveis e psicologia”.

Foram selecionados textos em português (autores de qualquer nacionalidade) e incluídas no artigo as publicações que acrescentaram informações relevantes acerca das repercussões das medidas de austeridade sobre a saúde da população vulnerabilizada e/ou que trouxeram possibilidades de discussão de estratégias de cuidados possíveis no exercício da Psicologia com as referidas populações. Foram excluídas publicações que fugiam aos temas propostos, pois não tratavam de caracterização ou aprofundamento relativos aos construtos em questão.

A discussão foi organizada segundo agrupamento das informações em sessões separadas com as seguintes temáticas: “Sobre austeridade e vulnerabilização” com os subtítulos “Efeitos do Neoliberalismo sobre a Seguridade social” e “Efeitos sobre o sistema de saúde e a saúde mental da população vulnerabilizada”. Nesta sessão foram incluídas referências

impressas e/ou disponíveis on line (acessadas através do Google Acadêmico e da base de dados Scielo) de periódicos indexados no qualis/capes pertencentes às áreas da saúde coletiva, ciências sociais, ciências políticas e ciências econômicas para que fosse garantido um consistente embasamento teórico. Na última sessão “Estratégias de cuidado possíveis no exercício da Psicologia” foram elencadas referências obtidas na base de dados, já citada, Scielo. Tal discussão incluiu propostas que abordam o processo de formação em psicologia, a questão racial em diferentes âmbitos, a memória histórica e peculiaridades acerca do trabalho com grupos quilombolas, indígenas, LGBT, em situação de remoção e encarcerados.

3. Sobre austeridade e vulnerabilização

O termo “austeridade” refere-se ao rigor e à prudência, e quando diz respeito a um governo, objetiva atribuir-lhe características humanas, sustentando, que, em tempos de crise, o aumento dos impostos e a redução de gastos teriam um efeito expansionista de aumento do crescimento econômico, ou seja, busca, teoricamente, ajustar a economia e promover o crescimento. Geralmente, dá-se preferência ao corte de gastos públicos e não ao aumento de impostos, mostrando uma suposta lisura em relação às contas públicas com a justificativa de dar credibilidade ao governo em relação aos agentes econômicos. Neste sentido, faz parecer que o governo está reequilibrando a economia, reduzindo a dívida pública e retomando o crescimento econômico (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018; BORGES; FERNANDEZ; CAMPOS, 2018).

Os mesmos autores informam que estudiosos de diversas áreas, sobretudo das ciências sociais aplicadas, afirmam que a austeridade é uma proposta em franca decadência, pois mesmo o Fundo Monetário internacional (FMI) reconhece como problemáticas as consequências do regime de austeridade para economias consideradas frágeis. As medidas de ajuste fiscal trazem significativos impactos sociais e são ineficazes no que diz respeito à expansão da economia e ao equilíbrio fiscal, não sendo, porém irracional, posto que representa a supremacia do interesse de classe capitalista, subserviente às vontades do mercado com um sacrifício dos direitos sociais, da democracia e do estado de Direito.

É possível reconhecer exemplos recentes da implantação e dos desdobramentos aduzidos pelas políticas de austeridade, como no contexto da crise financeira mundial de 2008 e suas consequências negativas para as populações de países do sul da Europa. Na Espanha, por exemplo, o crescimento econômico e as políticas de proteção social perderam prioridade e

pôde-se perceber que as supostas políticas de combate à crise geraram alto desemprego, crescimento negativo e aumento expressivo da dívida pública, com destaque para as perdas importantes dos serviços públicos de saúde, demonstrando a quebra do acordo firmado na Constituição de 1978 de direito à saúde a todos os espanhóis através do Sistema Nacional de Salud (SNS) (BORGES; FERNANDEZ; CAMPOS, 2018).

Os efeitos da crise nos sistemas de saúde são produzidos em diversos estágios, além de aumentar o desemprego e a pobreza, o que afeta a saúde da população fortalecendo um ciclo de doença e perdas econômicas que perdura por anos à fio (BORGES; FERNANDEZ; CAMPOS, 2018). A agenda da austeridade que vem sendo aplicada no Brasil nos últimos anos, com tendência à intensificação com o atual governo Bolsonaro e sua inclinação à extrema direita, desvinculou os gastos com saúde das receitas e passaram a ter as aplicações mínimas congeladas nos mesmos termos das despesas primárias (SANTOS; VIEIRA, 2018). O ajuste fiscal implementado no Brasil teve por objetivo principal reduzir drasticamente a participação do Estado na oferta de bens e serviços à população com a diminuição do investimento em políticas públicas, o que sobrecarrega as classes hipossuficientes tornando-as vulneráveis ao adoecimento físico e psíquico (SANTOS; VIEIRA, 2018).

O que ocorre no Brasil, faz parte da contemporaneidade marcada pelo domínio e radicalização do neoliberalismo, que opera numa lógica presentista da política, ou seja, preconiza que erros cometidos no passado nos trouxeram a dada situação de crise e que, se não se opera no modo neoliberal, um cenário futuro catastrófico será inevitável. Tal modo de fazer economia tem sua ascensão na América Latina na década de 1970 em meio a sucessivas crises acompanhadas por recessão nos anos seguintes (KAYSER, 2019).

Tendo o Chile da ditadura Pinochet como ambiente de experimentação, o neoliberalismo já emerge com sua clara inclinação antidemocrática. O país passa, então, para privatizações de empresas públicas e da seguridade social, além da abertura do mercado para investimentos externos em uma rapidez que só se tornou possível num regime antidemocrático. Já é notório que o resultado para o país latino foi desastroso, desastre este que veio a auxiliar na reformulação e implantação das bases neoliberais no Ocidente influenciando liberais e social-democratas. Na década de 1990 o neoliberalismo já tomava todo o Ocidente, incluindo o governo Fernando Collor no Brasil, se firmando como superestrutura ideológica e política quase hegemônica (KAYSER, 2019).

Dardot e Laval (2016) discutem que ao final dos anos 2000 foi possível observar no continente europeu o quanto o modo neoliberal ainda pauta os rumos ocidentais através das imposições de políticas de austeridade. Tais medidas jamais demonstraram êxito e geram os mesmos resultados: recessão econômica, desemprego, reformas estruturais que desmontam o mercado de trabalho visando proteção de altos rendimentos. Para estes autores, o arrojo do grupo neoliberal está, então, numa antidemocracia que privilegia as forças do mercado em detrimento dos poderes públicos, e, enquanto população e imprensa seguem em observação do meio político, as decisões sobre os rumos do país, é feita por uma aliança entre oligarquias burocráticas e partidárias, grandes empresas e dos fundos de credores que manipulam as orientações políticas, o que torna o instrumento democrático do voto quase em ilusão.

Na segunda década dos anos 2000, o Brasil recebe medidas de austeridade, quando o governo Dilma Rousseff passa a atender paulatinamente a chamada Agenda FIESP. Tal fato, levou o governo, em determinado ponto, ao abandono dos investimentos públicos que eram, até então, elemento central de sustentação do crescimento alçado pelo governo desenvolvimentista do Partido dos Trabalhadores. Além disso, houve a redução de impostos como meio para retomada de crescimento, medida que afastou o governo de soluções à esquerda agradando o imediatismo do empresariado mais influente (CARVALHO, 2018).

Após se reeleger em 2014, e nomear seguidamente dois ministros da Fazenda bastante ortodoxos que não obtiveram bons resultados, o governo se viu fragilizado e cada vez mais cedendo à política econômica de setores influentes e, conseqüentemente, distanciando-se cada vez mais de medidas que asseguram uma política de bem estar da população. Após medidas impopulares e abandono de apoio do legislativo, a presidenta Dilma sofre um impeachment. E quando o vice presidente Michel Temer explana sua chamada “Ponte para o futuro” o que antes era apenas uma brisa, passa a um furacão de austeridade com flexibilização de leis trabalhistas, o fim da obrigatoriedade de investimento em saúde e educação, a desindexação de benefícios da previdência ao salário mínimo, além da não elevação de impostos para possível ajuste de contas públicas (CARVALHO, 2018).

Em dezembro de 2016, o Congresso Nacional brasileiro promulga a Emenda Constitucional 95 instituindo um Novo Regime Fiscal que impõe um congelamento dos “dispêndios primários”, tratando-se de uma proibição do aumento de gastos estatais que, junto à alterações nas legislações trabalhista e previdenciária, demonstra intenção de restaurar a competitividade através de cortes no orçamento, nas dívidas e nos défices do governo com a

adoção de um regime fiscal austero como solução para crise econômica. Referida emenda concretiza, então, uma noção de “austeridade expansionista” baseada em redução de despesas, em detrimento do aumento de tributos (TAVARES; SILVA, 2020).

A austeridade fiscal, que persiste no Brasil do governo Bolsonaro, é exemplo de uma hegemonia da política neoliberal de cortes sobre o funcionamento da economia e as funções do Estado no campo das políticas sociais sem dar importância à universalidade dessas políticas, mesmo que haja evidências científicas de que a austeridade fiscal impacta negativamente em momento de crise econômica no que diz respeito à retomada da economia (SANTOS; VIEIRA, 2018).

3.1. Efeitos do Neoliberalismo sobre a Seguridade social

As políticas neoliberais, podem ser consideradas políticas de morte, pois se estruturam a despeito do padecimento das populações vulneráveis que sofrem com políticas de austeridade e sua conseqüente exclusão por governos neoliberais, que objetivam, primordialmente, o favorecimento dos setores privados e do capital internacional, abandonando à própria sorte o público e comum (CUTRIM; SEFAIR, 2019).

O modelo neoliberal afasta a proteção social do seu valor humano transformando-a em mercadoria ampliando as desigualdades sociais, fazendo da proteção um bem de consumo individual. A partir da década de 1990, principalmente com o governo de Fernando Henrique Cardoso, o neoliberalismo encontra terreno mais fértil no Brasil, opondo-se à concepção de garantir cobertura da proteção social a todos os brasileiros. Ao reduzir obrigações estatais, tal movimento amplia o vínculo de responsabilidade entre o indivíduo/trabalhador e o mercado (SPOSATI, 2018).

Uma gestão fragmentada das três políticas sociais, o tripé da Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social), o desmonte da concepção unitária e a falta de uma gestão articulada deste tripé, distanciaram a proteção social do universalismo da proposta inicial da CF/1988 subjugando-a ao “código moral capitalista” (SPOSATI, 2018) e condicionando o acesso à proteção social, reduzindo-a ao resultado de um esforço individual, em detrimento do processo coletivo, o que contraria as orientações distributivas e redistributivas fundados na Carta de 1988 e promove uma “comoditização” da proteção social (SPOSATI, 2018).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) reúne dados que demonstram como o neoliberalismo impacta programas de proteção social: 55% da população mundial está descoberta de qualquer benefício de proteção social; 71% da população mundial não está protegida por sistemas de proteção social que incluam amplitude de benefícios; Essa ausência de cobertura está associada ao ínfimo investimento em proteção social (principalmente na África, Ásia e Estados Árabes); Essa desproteção torna populações vulneráveis “à pobreza, desigualdade e exclusão social” (OIT) constituindo entrave ao desenvolvimento econômico e social; Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) contam com uma proteção social que conte, pelo menos, com um nível básico de segurança social para todos (VIANA; DA SILVA, 2018).

A EC/95 como um projeto de Estado mínimo, implica no fato de que gastos com saúde e educação, por exemplo, tenham que ser comprimidos de 9,4% do PIB para 2,2% do PIB nos próximos 20 anos, inviabilizando qualquer plano de expansão ou consolidação do acesso a direitos sociais e comprometendo investimentos e funcionamento da máquina pública, se mostrando, então um projeto incompatível com a garantia de direitos sociais e com a CF/1988 (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI , 2018).

No Brasil, o orçamento social é uma ferramenta indispensável de redução da desigualdade social, o que faz dos cortes de gastos sociais um retrocesso em diversas áreas, pois interrompe conquistas recentes e obstrui avanços necessários. O Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024), por exemplo, com suas metas de “garantia do acesso, a universalização do ensino obrigatório, a ampliação das oportunidades e da qualidade da educação, a redução da desigualdade, a valorização da diversidade e a valorização dos profissionais”, se torna inviável devido à drástica perda de recursos públicos. A EC 95 desvincula as receitas da educação e inviabiliza o Plano Nacional de Educação traindo a recomendação do Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CRC) ao Brasil (feita em 2015), que trata da necessidade de “garantir os recursos para a implementação do PNE, mesmo em tempos de crise” (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI , 2018).

Considerando que o Brasil não é uma democracia racial, é importante destacar que a distribuição de renda e acesso a direitos sociais é cada vez desigual para indígenas e negros. A relatoria especial liderada pela Plataforma DHESCA (Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais) expõe consequências desses tempos de austeridade: as lideranças indígenas sofrem com o desmantelamento das políticas e dos órgãos indigenistas como a Funai

e o Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) o que expõe indígenas à discriminação, racismo e violência. Há, ainda, um agravamento da criminalização da pobreza e a militarização nos territórios ocupados pelos mais pobres (Relatoria especial no Complexo do Alemão). Houve, também, um aumento importante da população em situação de rua nas cidades com maior densidade populacional (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

Em relação à população negra, essas medidas contribuem para a exposição ainda maior à violência, ao mercado de trabalho precário, ao inaccesso à direitos sociais e à renda digna, além de ter sofrido com a eliminação da Secretaria de Igualdade Racial em 2015 o que comprometeu uma pretensa redução das desigualdades raciais (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

3.2. Efeitos sobre o sistema de saúde e a saúde mental da população vulnerabilizada

No que diz respeito especialmente à área de saúde, o que se tem atualmente no Brasil é um ataque incessante ao Sistema Único de Saúde (SUS), potencializado desde o ano de 2016, em razão da já citada promulgação da Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016 e das mudanças feitas no modelo de financiamento da atenção primária à saúde (Portaria nº 2.979/19), pois com a implementação de um novo Regime Fiscal (NRF) a margem de ação financeira da União fica limitada (COTRIM JR; CABRAL, 2020).

O período entre os anos de 2015 e 2016 observou-se a derrocada nos índices de saúde da população brasileira com ampliação da taxa de mortalidade infantil, depois de 20 anos de avanço na área, aumento da mortalidade materna e, ainda, aumento das desigualdades entre as unidades da federação nos indicadores de saúde. A EC-95 torna inviável avanços futuros nos serviços públicos de saúde, sendo que, a atual gestão Bolsonaro) efetua ainda mais cortes de despesas com o desmonte de programas gerando falta de medicações, de profissionais e quedas na capacidade de atendimento pela saúde pública (DE CASTRO, 2020).

Em crises econômicas, a saúde da população é diretamente afetada pelo aumento da pobreza e de outros determinantes sociais da saúde, a perspectiva do Brasil é que os recursos federais destinados ao SUS cairão de 1,7% do PIB para 1,2% do PIB até 2036 e que maior parte das despesas do Ministério da Saúde transferidas para Estados, Distrito Federal e Municípios serão bastante reduzidas, o que afetará as ações de saúde desenvolvidas por esses entes. Com a tríplice epidemia (Zika vírus, Dengue e Chikungunya) em 2015, foi possível verificar que já está diminuída a garantia a saneamento básico e à água potável, há falta de ações de prevenção e comunicação pedagógicas direcionada à população. Devido às restrições fiscais, torna-se

impossível atingir as metas do Plano Nacional de Saneamento Básico evidenciando o quanto são contraproducentes as medidas de austeridade que ignoram que investimento em saneamento reduz o gasto com saúde (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

No Brasil, em 2020, no presente pandêmico, o recomendável seria que o Ministério da Economia reconsiderasse a decisão de manter a política de austeridade fiscal. O atraso da execução dos recursos aprovados para o combate da COVID-19 é um dos exemplos de como esse modo de administrar é prejudicial à saúde da população. Romper com a austeridade fiscal no presente contexto significaria retomar o crescimento econômico, aumentar a arrecadação e fortalecer as políticas sociais. Adotar as recomendações OMS e mudar a política econômica fortalecendo o SUS, seriam o verdadeiro e mais eficiente antídoto contra o avanço do coronavírus sobre as camadas mais vulneráveis da população (OCKÉ-REIS, 2020).

Neste sentido, a pandemia de COVID-19 escancara a crise político-institucional-sanitária em que se encontra o Brasil. Para Ocké-Reis (2020) não há saída democrática, pois o Ministério da Saúde encontra-se constituído por militares e a presente política econômica dificulta a possibilidade da construção de um acordo nacional para controle da doença. O que se tem é uma população empobrecida e desinformada, além de profissionais de saúde subvalorizados e expostos às medidas negacionistas e à precarização do labor em saúde pública.

No âmbito da saúde mental, variáveis sociodemográficas e de condições de saúde possuem associação significativa com o quadro, sendo os grupos menos privilegiados como mulheres, idosos, portadores de doenças crônicas, com baixa escolaridade, menor renda, viúvos, inativos/desempregados ou deficientes físicos apresentam maior prevalência (SANTOS ET AL, 2019). Estas mesmas variáveis e condições dificultam ou impedem o acesso de grande número de pessoas com indicativos de TMC aos serviços públicos ou privados de saúde (RIBEIRO, GIANINI, GODBAUM E CESAR, 2018).

Em uma avaliação das relações entre fatores sociodemográficos e a saúde mental em uma amostra por conveniência de mães avaliadas no terceiro mês de vida do bebê, em duas comunidades socialmente vulneráveis de Salvador os resultados apoiaram a hipótese de que quanto maior a exposição a condições sociais adversas, maiores os escores de transtornos mentais (ALVARENGA et al, 2018). Outro estudo mostra, ainda, associação significativa entre a insegurança alimentar e risco de TMC entre mães, sendo progressivo o risco de TMC à medida

que aumenta o grau de insegurança alimentar domiciliar comparativamente às mães que residem em domicílios com segurança alimentar (SOUSA et al, 2019). Há ainda, evidências de que a escolaridade possui uma relação direta com a saúde mental, pois podem contribuir para comportamentos mais saudáveis e melhores escolhas em geral, além de propiciar a qualificação dos indivíduos para inserção na estrutura ocupacional. A precariedade da educação nas áreas rurais, por exemplo, gera um abismo entre mulheres urbanas e rurais, o que agravaria a situação destas últimas, reduzindo suas opções ao lidarem com situações adversas (SOARES; MEUCCI, 2020).

Seco Ferreira et al. (2020) afirmam que há maior propensão à depressão, ansiedade e estresse em mulheres e grupos de jovens, sendo que o estresse e a ansiedade, em particular, foram encontrados até três vezes mais proeminentes nas mulheres, elencando vários fatores como causas para este achado, o que inclui diferenças fisiológicas e socioeconômicas, um aumento no papel das famílias chefiadas por mulheres considerando o forte impacto econômico da pandemia COVID-19 para este grupo. Entre os mais jovens houve uma maior tendência de manifestação da depressão, ansiedade e estresse (2 a 2,5 vezes a chance de estar acima da mediana em todas essas medidas) mostrando uma tendência em estudos recentes de monitoramento de saúde mental COVID-19.

Em relação ao aumento de sintomas em saúde mental entre profissionais de saúde, Santos et al (2017) encontraram uma alta prevalência de TMC entre os Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Resultado similar à prevalência de 43,3% observada em estudo realizado com ACS do município de São Paulo, o que sugere uma provável interferência das características específicas da profissão: ser proveniente da própria comunidade onde atua; perfil mais social que técnico, além de ter que apresentar uma disponibilidade quase integral à comunidade.

No estudo de Santos et al, (2017), a prevalência de TMC foi maior entre os ACS de cor autodeclarada não branca, assemelhando-se a resultado encontrado em pesquisa realizada com trabalhadores em Feira de Santana/BA, o que leva ao destaque de que há alguma “susceptibilidade de desenvolvimento do estresse psicológico e da baixa autoestima nos indivíduos de cor não branca” , podendo isto estar relacionado ao precário acesso à educação, saúde, emprego, moradia de qualidade, e aos efeitos do preconceito racial. Este estudo identificou, ainda, uma maior ocorrência de TMC associada à renda inferior a quatro salários mínimos, semelhante a outros trabalhos na área que apontam a baixa renda como fator de risco

para a ocorrência de TMC para a população como um todo e, também, para os profissionais de saúde.

Moraes et al (2017) corroboram a associação das variáveis socioeconômicas com TMC como sendo maior em mulheres, negros, pessoas com menor renda e escolaridade, sendo semelhante aos achados de outros estudos. Fortalecendo a hipótese de que a pobreza e as desigualdades socioeconômicas geram TMC, num ciclo vicioso em que a TMC gera ainda mais pobreza, amplificando as diferenças de saúde entre as classes socioeconômicas, as diferenças de gênero, raça e etnia.

Tomando-se a variável gênero como exemplo, Moraes et al (2017) analisam que os papéis tradicionalmente designados à mulher na sociedade (esposa, mãe, educadora e cuidadora), somados a participação no ambiente de trabalho, discriminação sexual, pobreza e violência doméstica e sexual propiciam um maior risco à saúde mental da mulher. Em relação às características étnico-raciais, a literatura confirma que ser negro (preto ou pardo) ou não-branco torna mais provável a ocorrência de TMC, ou seja, sofrer racismo, discriminação e preconceito repercutem de forma negativa na saúde mental dos sujeitos. Os autores indicam que nas comunidades quilombolas, por exemplo, há uma alta prevalência dos TMC, resultantes da sobreposição do racismo aos esforços exigidos aos residentes em áreas rurais.

A revisão proposta por Smolen e Araújo (2017) indica que o estresse contribui para a diferença na prevalência de transtornos mentais entre as raças e que a discriminação relacionada à raça é nociva à saúde. Estas autoras informam que a discriminação percebida é diretamente relacionada à pior saúde mental, e, também, que estudos experimentais mostraram que experiências de discriminação podem produzir um estresse psicológico intensificado. No entanto, chamam a atenção de que os estudos analisados não citam o fato de que pessoas negras brasileiras têm chances 50% maiores de serem discriminadas, mesmo depois de se ajustar por salário, escolaridade, status social e problemas de saúde.

4. Estratégias de cuidado possíveis no exercício da Psicologia

Silva, Costa e Neves, (2010) apresentam um exemplo de práticas de cuidados que seguem esta direção é a experiência formativa do Programa de Intensificação de Cuidados a Pacientes Psicóticos (PIC) (Salvador-BA), em que pacientes (40) foram acompanhados por estagiários e, ainda, 111 profissionais capacitados para atenção à saúde mental com vistas a um afastamento de uma atuação médica privatista e individualista que atende as especificidades da

saúde pública. Essa perspectiva médica trata sofrimento psíquico de forma descontextualizada sem oferecer recursos técnicos efetivos para as intervenções necessárias, mostrando-se insuficiente no enfrentamento dos casos de transtorno mental severo, como é o caso das psicoses que exigem muito mais dos aspectos formativos.

Através da realização de atendimentos domiciliares, acompanhamento terapêutico (AT), organização de espaços de convivência e, apoio às famílias, acompanhamento a consultas psiquiátricas e clínicas, entre outras demandas os componentes buscavam oferecer compreensão sobre os sujeitos e a psicose, dando suporte para o sujeito no mundo das relações, junto à sociedade e ampliando suas relações com o espaço urbano. A formação defendida neste trabalho é de ruptura com os saberes e práticas tradicionais dentro das Universidades, propondo novas formas de aprendizagem pautadas na autonomia do sujeito, na habilidade criadora dos estudantes, através de um compromisso ético de transformação da realidade social (SILVA; COSTA; NEVES, 2010).

Outro exemplo de inovação das práticas de cuidados é o projeto "*Seminários Livres: Clínica, com quê?*", proposto pelo professor Marcus Vinícius de Oliveira Silva pelo Laboratório de Estudos Vinculares e Saúde Mental - IPS/UFBA, que se trata espaços de formação para discentes e profissionais, com o objetivo de fortalecer o fazer clínico dentro da Rede Psicossocial de Saúde Mental discutindo a clínica ampliada o desenvolvimento de diagnósticos diferenciais no que diz respeito à saúde pública (TCHALEKIAN; PEREIRA, 2018). O projeto mostrou-se um espaço fértil para reflexões acerca do trabalho em rede contribuindo para a construção e desenvolvimento da clínica ampliada na Rede pública de Saúde mental, além de dar espaço a provocações acerca dos desafios do trabalho em equipe permeado por relações de poder instituídas apontando para a possibilidade de criação de dispositivos clínicos e formativos junto à estudantes e profissionais com respeito a uma territorialização das intervenções, ao desenvolvimento de vínculos. Como afirmam, Tchalekian e Pereira, (2018) Conhecer e replicar as estratégias do Professor Marcos Vinícius Oliveira constitui forma de resistência por uma sociedade livre de formas manicomiais.

Sendo um dos mediadores centrais na formação das subjetividades no contexto brasileiro, é imprescindível que o racismo seja reconhecido nas práticas de cuidados como estrutural na sociedade uma vez que se encontra nas origens e perpetuação das desigualdades sociais (SCHUCMAN; MARTINS, 2017). Santos (2019) ao escrever acerca da promoção de debates com estudantes de psicologia ao visitarem terreiros de Candomblé, destaca a

importância de a classe entrar em contato com o saber proveniente das tradições não ocidentais que são muito presentes na sociedade brasileira sendo que um necessário diálogo de saberes pode propiciar uma mudança das condições epistêmicas no que diz respeito à formação e prática profissional do psicólogo. Neste sentido, relacionar-se com os saberes da população de terreiro e conhecer sua conexão com suas lutas históricas pode somar à atuação do psicólogo e trabalhar por um necessário enegrecimento da Psicologia.

Tavares e Kuratani (2019) oferecem uma experiência de manejo clínico das repercussões do racismo em que reconhecem o racismo como produtor de sofrimento psíquico importante do sujeito negro. Através do atendimento clínico de duas mulheres negras (universitárias) e utilizando técnicas da Psicoterapia Analítico Funcional (FAP) e Terapia de Aceitação e Compromisso (TAC) destacam a busca por elementos surgidos durante os atendimentos que trouxessem reflexões aos profissionais de psicologia acerca do tema. Abrangendo o acolhimento e estabelecimento de aliança terapêutica, a identificação do racismo como origem do sofrimento psíquico, as autoras exibem resultados que consistiram em um estabelecimento de vínculo seguro e saudável, num aumento do repertório de habilidades sociais, na elevação da autoestima e no desenvolvimento de capacidade de autocompaixão/autocuidado pelas mulheres em questão. As referidas autoras recomendam como imprescindível para um resultado adequado o desenvolvimento de sensibilidade e competência cultural entre os psicólogos para diminuir disparidades na ocasião do atendimento psicoterápico prestado a população negra.

Tavares e Kuratani (2019), apresentam um relato de experiência clínica feita individualmente que poderia ser replicada por psicólogos tanto no sistema público como nas clínicas privadas. Através da realização das sessões semanais duração de 50 minutos foi possível refletir que a ausência de habilidade de compreender e aprender sobre pessoas cuja formação cultural é diferente ou a ausência de competência cultural entre os profissionais da saúde mental pode resultar em atendimentos psicoterápicos insuficientes e ineficientes prestado a tal população.

A psicóloga autora destacou, ainda, uma postura profissional empenhada em “adequar suas intervenções e rever seu posicionamento social e subjetivo” ao se permitir se afetar pelo sofrimento das pacientes, validando seu sentimento de medo em conduzir uma questão pouco debatida na psicologia clínica, permitindo que a relação terapêutica alterasse sua percepção de si, enquanto psicóloga e cidadã que pôde se autorizar a rever crenças disfuncionais e

discriminatórias acerca de baixa adesão ou “dificuldades de compreensão” de pessoas negras pobres e baixa escolaridade acerca dos procedimentos e teorias eurocentrados/estadunidenses e, ainda, convidando a classe à reflexão acerca de privilégios raciais e como estes junto à sua atuação na clínica em psicologia podem repercutir para manutenção da violência racial (TAVARES; KURATANI, 2019).

Schucman e Gonçalves (2020) corroboram as autoras acima ao discutir como a clínica em psicologia pode se tornar um espaço de reprodução do racismo sujeitando pessoas negras ao privilegiar o discurso do sujeito universal em detrimento das mediações raciais. As autoras defendem uma postura política da psicologia e do psicólogo que precisa entender o funcionamento do racismo sendo necessário compreender os sistemas raciais, seu funcionamento e o modo que operam como organizadores das relações sociais e estruturantes fundamentais das desigualdades brasileiras; considerar os muitos significados e sentidos da raça; apontar os conteúdos que se conjugam a raça, pois a experiência racial nunca é vivida em uníssono sendo necessário perguntar e investigar sobre como este sujeito viveu a experiência racial; e finalmente investigar como o paciente lida com este fato social e como se comporta diante de preconceitos, estigmas.

Miranda et al (2020), por sua vez, ao analisar o processo investigação estudantes do ensino médio acerca do racismo em uma escola pública no município de Fortaleza como parte de uma pesquisa-intervenção (“Educação, modos de subjetivação e formação de jovens pesquisadores da micropolítica do cotidiano escolar”) com o intuito de problematizar a relação estes jovens e a escola pública, com base no que falam os jovens em questão e pesquisando com os próprios, levantou-se a discussão acerca dos impactos visíveis e invisíveis das práticas de segregação e violências étnico-raciais e lutas correspondentes, que influenciariam nas relações intraescolares. Ao priorizar o caráter participativo dos alunos agiu-se de forma ético-política com o fim de utilizar uma estratégia descolonizadora, produzindo um saber territorializado com demandas que partiram dos próprios estudantes e da micropolítica do cotidiana (MIRANDA et al, 2020), demonstrando que é possível mudar a forma de atuar nas instituições e junto a seus componentes.

Mudando para um cenário rural, mas ainda abordando o público mais jovem, através de uma pesquisa de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), Costa e Edmundo (2020), buscaram compreender como ampliar a potência de crianças e jovens enquanto sujeitos políticos de uma

comunidade quilombola com o objetivo de destacar a importância do território na construção dos afetos, defendendo que através destes, os indivíduos podem modificar sua potência, enfrentar as desigualdades e influenciar sua cultura. Através da pesquisa-intervenção psicossocial foi possível dar atenção às diversas possibilidades de fragilização dos sujeitos em questão, o que pode resultar na manutenção de modos de servidão em suas relações micro/macrossociais, além de apontar que as desigualdades raciais promovem o sofrimento social. Ao desenvolver com estes jovens atividades que os aproximavam de seu território, optou-se pelo trabalho pela via da dimensão política da vida, estimulando um espaço de liberdade e o enfrentamento das opressões presentes no meio rural quilombola, o que resulta numa melhor visão das relações estabelecidas com o território e seus afetos como importante possibilidades de enfrentamento (COSTA; EDMUNDO, 2020).

Ainda tratando de um território quilombola Fernandes e Santos (2019) afirmam que um modelo de saúde destacado da realidade deste tipo de comunidade propicia um processo de colonialidade dos saberes que resulta numa tentativa de controle dos corpos e do cotidiano de tal população, além de reproduzirem o racismo estrutural. Considerar as histórias de resistência, reconhecer o modo de vida e valorizar os conhecimentos produzidos nessas comunidades são importantes ferramentas para que construir práticas de saúde adequadas a estes territórios. Considerando essa iniciativa a Psicologia pode afirmar-se como uma ciência que se alia aos conhecimentos comunitários e promove mediações entre os saberes técnico-científicos e populares, descentralizando suas concepções voltadas para uma realidade urbana e territorializando sua atenção ao rural.

Este movimento permite priorizar o princípio da equidade no trabalho em saúde e facilita a efetivação da garantia de direitos. A equidade é um princípio necessário aos serviços públicos que almejam a igualdade e a universalidade do acesso da população negra a saúde, pois as diferenças aparecem no cotidiano como experiências de desigualdade e dar visibilidade a estas é um dos papéis da Psicologia que deve pautar suas ações com o fim de efetivar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) (FERNANDES; SANTOS, 2019).

Uma atitude necessária ao psicólogo ao acessar essas comunidades é a de despir-se de expectativas e permitir-se o encontro com aquela realidade antes de oferecer técnicas prontas baseadas no que entende por efetivo. Tal postura foi reflexão de Félix-Silva et al (2019) ao tratar de uma pesquisa-intervenção para compreensão de como se dá a produção dos modos de vida da mulher quilombola. Com o objetivo de cartografar os processos de subjetivação destas

mulheres e de analisar os processos de subjetivação das psicólogas envolvidas ao encontrar-se com as mulheres quilombolas, pôde-se perceber que as profissionais se frustraram ao constatarem que não existia demanda para uma pretensa terapia comunitária de acolhimento, escuta e cuidado e, também quando não encontraram na comunidade o cenário cultural que “se espera” numa comunidade quilombola (FÉLIX-SILVA, et al, 2019). Esta experiência alerta para o fato de que as comunidades quilombolas não são todas iguais e que é preciso conhecê-las para então construir um projeto de intervenção junto às mesmas.

Diante dessas experiências cabe o alerta de Alves, Costa e Castelar (2020) para a necessidade de superação do racismo como um tema transversal e considera-lo como uma prática estrutural de nossa sociedade e precisa estar no de todos os campos psicológicos, tornando o enfrentamento a este problema estruturante de toda ação ético-política da Psicologia enquanto ciência e profissão (ALVES; COSTA; CASTELAR, 2020).

Dutra e Mayorga (2019), por sua vez, dão sua contribuição ao propor reflexão acerca das intersecções entre raça/etnia e gênero dialogando com discursos de lideranças indígenas atuantes no movimento indígena e que transitam por espaços políticos estratégicos, como as universidades por exemplo. Escutar e compreender múltiplas narrativas destes povos permite provocações acerca dos campos de disputa política, direitos e visibilidade entre outros tensionamentos necessários. Ao debruçar-se sobre a questão das mulheres indígenas brasileiras e falar sobre os processos de desigualdade e suas diferentes nuances e sobre a invisibilização de pautas específicas e de seus movimentos de resistência mexe-se numa estrutura com vistas à construção de uma realidade mais justa e equânime (DUTRA; MAYORGA, 2019).

Discutindo a necessidade de aproximação da Psicologia aos povos colocados à margem Guimarães et al (2019) analisam a atuação do serviço Rede de Atenção à Pessoa Indígena (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia Experimental – IPUSP-PSE) no trabalho de formação de vínculo entre os acadêmicos e integrantes de comunidades indígenas, onde forma propostas ações e projetos. A Rede Indígena em questão é um serviço psicológico universitário que objetiva contribuir para o campo de atenção às vulnerabilidades psicossociais enfrentadas por pessoas e comunidades indígenas através de constante reflexão acerca das diferentes possibilidades e modos de práticas da Psicologia nas situações interétnicas, sendo possível através do contato inicial com as comunidades indígenas (*Mbya Guarani* -extremo sul da cidade de São Paulo-distrito de Parelheiros)— *Tekoa Krukutu* e *Tekoa Tenondé Porã* – e às comunidades localizadas aos pés

do Pico do Jaraguá, na zona norte da cidade – *Tekoa Ytu e Tekoa Pyau*), nas quais foram feitas rodas de conversa sobre temas que emergiam das falas das lideranças comunitárias, estimulando assim os acadêmicos para o diálogo com diversas culturas e promovendo condições para que o profissional em formação possa lidar com experiências que vão contra as concepções e práticas provenientes de um tempo e lugar em que o indígena e outros diversos povos não ocupavam a posição de sujeito (GUIMARÃES et al, 2019).

Guilhon et al (2019), ao relatar a experiência de profissionais da Psicologia dentro dos Centros de Cidadania LGBT do Programa Rio sem Homofobia, o que define como um local de “(re)construção de corpos”, destaca, também, o ato de repensar intervenções através de uma atuação mais política e potencializadora das práticas clínicas, construídas de forma coletiva com a inclusão da Equipe de Psicologia na UERJ e com reuniões que proporcionavam formação de vínculos e importante troca de afetos que concorreram para modificação dos profissionais envolvidos através do trânsito nesses espaços, novas práticas e possibilidades de intervenção (GUILHON et al, 2019). Nesta experiência percebe-se a presença de uma população também marginalizada e destaca-se, mais uma vez, a presença da Universidade Pública como um agente de enfrentamento às práticas excludentes.

Assim como na prática acima, Reis e Barbosa (2019) apresentam posicionamento acerca do modo de atuação da psicologia diante de práticas excludentes e violentas através de experiências de pesquisa e extensão realizadas em territórios perpassados por processos de remoção (Comunidade Indiana, no bairro Tijuca, no Rio de Janeiro; e Grande Cruzeiro, em Porto Alegre). Usando a ferramenta de relato com um caráter de denúncia das violências decorrentes de gestões estatais, os autores destacam as formas de submissão que privilegiam a produção do que chamam “subjetividade culpada” e a colocação das populações alvo num lugar de não cidadãos e de sujeitos de um não direito (REIS; BARBOSA, 2019).

Neste contexto, resistir implica em romper com práticas que determinam que certos modos de habitar as cidades são menos legítimos do que outros e discutir sobre o direito à cidade contribui para a ruptura de mecanismos de dominação, quais sejam, a infantilização, a segregação e a culpabilização (GUATTARI; ROLNIK, 2005 apud REIS; BARBOSA, 2019). A construção de subjetividades culpadas, presentes na habitação de um terreno “que não é seu”, por exemplo, não pode ser negligenciada pela psicologia no sentido de que serve à manutenção de privilégios na cidade, mostrando-se, portanto, um importante campo de estratégias de resistência para a atuação da psicologia nos territórios (REIS; BARBOSA, 2019).

Da psicologia já se viu partir práticas que, propõem formas inovadoras de manejar o espaço do cárcere e as instituições de segurança, visando a integridade da vida e a defesa dos direitos das populações marginalizadas. Defender a democracia no contexto político em que se encontra é, também, discutir as mazelas do sistema prisional e da segurança pública com sua dinâmica e repercussões (UZIEL et al, 2018).

Para Nascimento e Bandeira (2018), mesmo que não se encontre um cenário ideal para se trabalhar no sistema prisional, os profissionais da Psicologia, junto às demais categorias atuantes no sistema penal, podem trabalhar na redução dos danos produzidos no encarceramento, se desenvolvem práticas contextualizadas e comprometidas com a garantia dos direitos humanos e se criam estratégias de por meio de intervenções atentas às demandas, queixas e também às potências da população em questão com uma procura de parceiros dentro e fora das prisões que possam ajudar a reduzir os efeitos do encarceramento. Pode-se trabalhar com a escuta, com práticas grupais ou mesmo com ações voltadas para a promoção de saúde que envolvam profissionais de arte e cultura, por exemplo, com uma reavaliação e crítica constantes sobre a própria atuação e seus pressupostos teórico-práticos para que sigam com o objetivo de “reinserção social” ou prevenção de novos delitos. Contudo defendem que a maneira mais eficaz de reduzir os danos à saúde trazidos pelo aprisionamento é o desencarceramento, sendo que o psicólogo pode contribuir para a promoção de saúde neste ambiente, pois mesmo com recursos limitados é possível intervir e afirmar o direito à saúde e à vida dentro das prisões como um compromisso ético-político contrário à lógica punitivista do Estado que vem acompanhada de segregação e retirada de direitos cabendo à classe contribuir para a promoção da saúde e da qualidade de vida em qualquer espaço em que transitar, incluindo prisões.

Importa ao psicólogo também resistir cuidando das memórias históricas, como nos mostra o projeto Clínicas do Testemunho. Rodrigues, Veras Neto e Teixeira (2017) descrevem o projeto com um espaço destinado a problematizar os efeitos psíquicos deixados na sociedade e nos sujeitos que foram afetados pelo regime ditatorial brasileiro através do acolhimento e do reconhecimento da dor ainda presente. A equipe é composta por profissionais preparados para lidar com os traumas provocados pela violência estatal que trabalham pela não naturalização do silenciamento e permitindo que as histórias passem da esfera individual para a coletiva dando uma outra dimensão à clínica que convoca o Estado a assumir responsabilidades.

Neste modelo clínico o trauma, ao ser narrado, torna-se algo que toca o corpo social o que firma compromisso ético rompendo com o passado marcado pelo silêncio destacando que a sociedade não reconhece seu passado e não compreende que as relações estabelecidas na ditadura civil-militar dificultam a efetivação de modos mais justos de vida e, sem a construção desta narrativa sobre a violência autoritária ditatorial não se atinge o objetivo de se viver em uma sociedade democrática segura e estável. Ao atribuir a centralidade no sujeito que foi afetado pela violência de estado, o projeto interroga o passado com o objetivo de que o tecido social o compreenda e o ressignifique tensionando as instituições e seus atos com o fim de repensar os limites destas mudando os sujeitos afetados para um lugar de sujeitos históricos que contribuem para a construção de uma memória pública com valores democráticos e antiautoritários. O projeto visa, ainda, capacitar profissionais para lidar com as violências institucionais com o objetivo de reparar os danos que atravessam gerações e podem se reconfigurar de uma forma autoritária (RODRIGUES; VERAS NETO; TEIXEIRA, 2017)

Acerca de espaços de resistência, concordamos com Galeano, Guareschi e Scisleski (2019) que afirmam que estes seriam produzidos por estabelecimento e fortalecimento das redes com as quais enfrenta-se as práticas de violência, a inserção em coletivos, nas representações e nas autarquias. Neste sentido, afirmam que não é uma opção escolher o não confronto se o que se visa é a afirmação de um espaço da liberdade em um sentido amplo.

Considerações finais

Diante da discussão acerca das repercussões das medidas de austeridade adotadas no Brasil sobre a saúde da população, é possível afirmar que este modo de direção econômico-política impacta sobremaneira as populações vulnerabilizadas amplificando as manifestações de sintomas associados à TMC uma vez que pode levar muitos indivíduos à depressão, auto culpabilização, isolamento, vergonha entre outros tantos sintomas

Após leitura de tantas experiências e reflexões acerca da atuação da psicologia em diferentes frentes que trabalham estrategicamente pela luta pelo cumprimento dos direitos humanos e garantias à saúde, é importante entender que no Brasil, segundo as Entidades brasileiras de Psicologia afiliada à União Latino-Americana Entidades de Psicologia – ULAPSI (2021), ainda se vive um processo de transplante de teorias com quase nenhuma adaptação ao novo território, a despeito do que defende Martin- Baró como sendo indispensável que a psicologia comece a articular o seu conhecimento para a compreensão da realidade política no

qual é inserida "ideologizando" a apreensão da realidade. Mesmo tendo a psicologia como uma marcante participação na construção e fortalecimento da luta antimanicomial e havendo cada vez mais práticas que privilegiam iniciativas coletivas de intervenção em comunidades e instituições das mais diversas, ainda se tem aqui um processo de formação nesta área cada vez mais afetado pelo sistema privado que, muitas vezes, não está comprometido com a qualidade ética e científica dos futuros psicólogos não os capacitando para compreensão dos fenômenos psicossociais e nem dos processos de subjetivação contextualizados social, cultural ou historicamente (Entidades brasileiras de Psicologia afiliada à União Latino-Americana Entidades de Psicologia - ULAPSI, 2021).

Portanto, pode-se sim contemplar, aplaudir e replicar as iniciativas já executadas com pauta numa postura ética e política, tendo sido algumas citadas neste trabalho, mas a presente realidade exige que outras estratégias e reflexões da estatura das já aqui apresentadas se multipliquem e sejam naturalizadas, primeiramente dentro da classe em questão para então ser acolhida e compreendida por toda a sociedade a qual serve.

Referências:

ALVARENGA, Patrícia et al . Variáveis sociodemográficas e saúde mental materna em contexto de vulnerabilidade social. **Psic., Saúde & Doenças**, Lisboa , v. 19, n. 3, p. 776-788, dez. 2018 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862018000300024&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 abr. 2021. <http://dx.doi.org/10.15309/18psd190324>.

ALVES, Míriam Cristiane; COSTA, Eliane Silvia; CASTELAR, Marilda. Psicologias Antirracistas: Desafios Epistemológicos, Metodológicos e Ético-Políticos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 40, n. spe, e052019, 2020 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932020000500100&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2021. Epub 15-Mar-2021. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003052019>.

BARROS, João Paulo Pereira; BENICIO, Luís Fernando de Souza; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Violências no Brasil: que Problemas e Desafios se Colocam à Psicologia?. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 39, n. spe2, e225580, 2019 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000600305&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2021. Epub 14-Nov-2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225580>.

BORGES, Fabiano Tonaco; FERNADEZ, Luís Andres López; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Políticas de austeridade fiscal: tentativa de desmantelamento do Sistema Nacional de Salud da Espanha e resistência cidadã. **Saúde e Sociedade**, 27(3), 715-728, 2018. <https://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902018180043>

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**. São Paulo: Todavia. 2018.

COSTA, Ana Flávia de Sales; EDMUNDO, Odair José Câmara. Afetividade no Território Quilombola: uma Práxis Possível da Psicologia. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 40, n. spe, e230161, 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932020000500307&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2021. Epub 15-Mar-2021. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003230161>.

COTRIM JR, Dorival Fagundes; CABRAL, Lucas Manoel da Silva. Ações do Governo Federal no combate à coronacrise: limites, insuficiências e escassos acertos. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 30(2), Epub September 25, 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-73312020300225>

CUTRIM, Isadora Abreu; SEFAIR, Clara. A Necropolítica Neoliberal e as Políticas de Austeridade no Governo de Jair Bolsonaro: As Reformas, as Mulheres e a Cidade. **Revista de Arquitetura Cidade e Contemporaneidade**. v. 3. n 10. 2019. <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/view/16880>

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Tradução: Martha Costa. O neoliberalismo, um sistema fora da democracia. **Revista Fevereiro**. ed. 9. 2016. in: <https://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=09&t=18>

DE CASTRO, Jorge Abrahão. Bem-estar social dos brasileiros e a pandemia do coronavírus: graves debilidades propícias a tragédias. **Capitalismo e a Covid-19**. organizadores: Daniel Castro, Danillo Dal Seno, Marcio Pochmann.-São Paulo.2019 <http://abet-trabalho.org.br/wpcontent/uploads/2020/05/LIVRO.CapitalismoxCovid19.pdf>

DUTRA, Juliana Cabral de O.; MAYORGA, Claudia. Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 39, n. spe, e221693, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000500303&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2021. Epub 15-Ago-2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221693>.

DWECK, Esther; DE OLIVEIRA, Ana Luíza Matos; ROSSI, Pedro. Austeridade e Retrocesso: Impactos Sociais da Política Fiscal no Brasil. São Paulo: 1º ed. 2018. https://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/DOC-AUSTERIDADE_doc3- L9.pdf

ENTIDADES BRASIELIRAS DE PSICOLOGIA AFILIADAS A UNIÃO LATINOAMERICANA DE ENTIDADES DE PSICOLOGIA – ULAPSI. Dimensiones de la interaccion entre Psicología y realidad política en Brasil. Cuadernos ULAPSI: Psicología y Realidad Política Latinoamericana. 2021. http://ulapsi.org/web/wp-content/uploads/2021/04/Psicolog%C3%ADa-y-Realidad-Pol%C3%ADtica-Latinoamericana_Caderno-Final.pdf

FELIX-SILVA, Antonio Vladimir et al . A Psicologia no Contexto das Comunidades Tradicionais: da Emergência Étnica à Perspectiva Ético-Estético-Política. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 39, n. spe, e222599, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-

98932019000500309&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2021. Epub 15-Ago-2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003222599>.

FERNANDES, Saulo Luders; SANTOS, Alessandro de Oliveira dos. Itinerários Terapêuticos e Formas de Cuidado em um Quilombo do Agreste Alagoano. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 39, n. spe, e222592, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000500308&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2021. Epub 15-Ago-2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003176272>.

GALEANO, Giovana Barbieri; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho. Políticas de Pesquisa e Resistências em Tempos de Acirramento dos Processos de Violência. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 39, n. spe2, e226327, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000600310&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2021. Epub 14-Nov-2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003226327>.

GUILHON, Flávio et al. Centro de Cidadania LGBT: Memórias e Experiências no Campo das Práticas Psi em Prol da Defesa dos Direitos Humanos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 39, n. spe3, e228604, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000700313&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2021. Epub 08-Maio-2020. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228604>.

GUIMARAES, Danilo Silva et al. Temporalidade e Corpo numa Proposta de Formação do Psicólogo para o Trabalho com Povos Indígenas. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 39, n. spe, e221929, 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000500304&lng=en&nrm=iso>. access on 19 May 2021. Epub Aug 15, 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221929>.

HUNING, Simone Maria; BERNARDES, Anita Guazzelli; REIS, Carolina dos. Psicologia, Territorialidades e Violências. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 39, n. spe2, e042019, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000600100&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2021. Epub 14-Nov-2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000042019>.

JANSEN, Karen et al. Transtornos mentais comuns e qualidade de vida em jovens: uma amostra populacional de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 27(3), 440-448. 2011. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2011000300005>

KAYSER, Erick. Capitalismo e democracia em uma temporalidade neoliberal. 2019. in <https://wp.ufpel.edu.br/legadolaclau/files/2019/07/ARTIGO-KAYSER.pdf>

MARAGNO et al. Prevalência de transtornos mentais comuns em populações atendidas pelo Programa Saúde da Família (QUALIS) no Município de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 22(8), 1639-1648. 2016 <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2006000800012>

MIRANDA, Luciana Lobo et al. “Como Quebrar os Padrões Sociais?": o Racismo no Cotidiano de Jovens Pesquisadores. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 40, n. spe, e230089, 2020. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932020000500303&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2021. Epub 15-Mar-2021. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003230089>.

MORAES, Ramona Sant'Ana Maggi de et al. Desigualdades sociais na prevalência de transtornos mentais comuns em adultos: um estudo de base populacional no Sul do Brasil. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, v. 20, n. 1, pág. 43-56, março de 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2017000100043&lng=en&nrm=iso>. acesso em 19 de abril de 2021. <https://doi.org/10.1590/1980-5497201700010004>.

NASCIMENTO, Lucas Gonzaga do; BANDEIRA, Maria Márcia Badaró. Saúde Penitenciária, Promoção de Saúde e Redução de Danos do Encarceramento: Desafios para a Prática do Psicólogo no Sistema Prisional. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 38, n. spe2, p. 102-116, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000600102&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212064>.

OCKÉ-REIS, Carlos Octavio. O SUS sobrevive aos tempos de pandemia? Saúde em Debate. 2020. in: [file:///C:/Users/Micro/Downloads/1372-Preprint%20Text-2261-3-10-20201014%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Micro/Downloads/1372-Preprint%20Text-2261-3-10-20201014%20(3).pdf)

PETRAS, James. Neoliberalismo, resistência popular e saúde mental. Localización: **Barbecho: revista de reflexión socioeducativa**, ISSN-e 1579-6892, N°. 2, 2002, págs. 13-16. 2002. http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v9_artigo_petras.pdf

REIS, Carolina dos; BARBOSA, Roberta Brasilino. Contribuições da Psicologia às Lutas Transversais Travadas em Meio às Metrôpoles de Privilégios. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 39, n. spe2, e225568, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000600304&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2021. Epub 14-Nov-2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225568>.

RIBEIRO, Melck Kelly Piastrelli et al. Equidade na cobertura dos gastos com saúde pelo Sistema Único de Saúde de pessoas com indicativos de transtornos mentais comuns no município de São Paulo. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, v. 21, e180011, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2018000100410&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 abr. 2021. Epub 20-Ago-2018. <https://doi.org/10.1590/1980-549720180011>.

RODRIGUES, Natália Centeno; VERAS NETO, Francisco Quintanilha; TEIXEIRA, Rodrigo Fernandes. Reminiscências da Violência Estatal: A Reparação Psíquica Através de uma Clínica Política. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. spe, p. 133-148, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000500133&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-3703100002017>.

SANTOS, Ana Maria Vitricia de Souza et al. Transtornos mentais comuns: prevalência e fatores associados entre agentes comunitários de saúde. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 160-168, Apr. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-

462X2017000200160&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Apr. 2021. Epub July 10, 2017. <https://doi.org/10.1590/1414-462x201700020031>.

SANTOS, Gustavo de Brito Venâncio dos et al . Prevalência de transtornos mentais comuns e fatores associados em moradores da área urbana de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 35, n. 11, e00236318, 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019001305008&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Apr. 2021. Epub Oct 31, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00236318>.

SANTOS, Isabela Soares; VIEIRA, Fabiola Sulpino. Direito à saúde e austeridade fiscal: o caso brasileiro em perspectiva internacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, 23(7), 2303-2314. 2018. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018237.09192018>

SANTOS, Abrahao de Oliveira. O Enegrecimento da Psicologia: Indicações para a Formação Profissional. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 39, n. spe, e222113, 2019 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000500305&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2021. Epub 15-Ago-2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003222113>.

SCHUCMAN, Lia Vainer; GONCALVES, Monica Mendes. Raça e subjetividade: do campo social ao clínico. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 72, n. spe, p. 109-123, 2020 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000300009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 maio 2021. <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.arbp2020v72s1p.109-123>.

SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 37, n. spe, p. 172-185, 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000500172&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-3703130002017>.

SECO FERREIRA, Diogo Conque et al. Intolerância à incerteza e saúde mental no Brasil durante a pandemia de Covid-19. **Suma Psicol.**, Bogotá, v. 27, n. 1, pág. 62-69, junho de 2020. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-43812020000100062&lng=en&nrm=iso>. acesso em 19 de abril de 2021. <https://doi.org/10.14349/sumapsi.2020.v27.n1.8> .

SILVA, Marcus Vinicius de Oliveira; COSTA, Fernanda Rebouças Maia; NEVES, Luane Matos. Programa de intensificação de cuidados: experiência docente-assistencial em Psicologia e reforma Psiquiátrica. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 30, n. 4, p. 882-895, dez. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000400016&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2021. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000400016>.

SMOLEN, Jenny Rose; ARAUJO, Edna Maria de. Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 22, n. 12, p. 4021-4030, dez. 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-

81232017021204021&lng=pt&nrm=iso>.

acessos

em 20 abr. 2021. <https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.19782016>.

SOARES, Pedro San Martin; MEUCCI, Rodrigo Dalke. Epidemiologia dos Transtornos Mentais Comuns entre mulheres na zona rural de Rio Grande, RS, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 8, pág. 3087-3095, agosto de 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000803087&lng=en&nrm=iso>. acesso em 19 de abril de 2021. Epub 05 de agosto de 2020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020258.31582018>.

SOUSA, Sarah Queiroga de et al . Associação entre risco de transtornos mentais comuns e insegurança alimentar entre mães com filhos menores de um ano de idade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 24, n. 5, p. 1925-1934, May 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000501925&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Apr. 2021. Epub May 30, 2019. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018245.17012017>.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é? Como fazer isso?. **Einstein (São Paulo)**, São Paulo, v. 8, n. 1, pág. 102-106, março de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-45082010000100102&lng=en&nrm=iso>. acesso em 19 de maio de 2021. <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>.

SPOSATI, Aldaiza. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 23(7), 2315-2325. 2018. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018237.10202018>

TAVARES, Francisco; SILVA, Gustavo. A Ciência Política Brasileira Diante do Novo Regime Fiscal: Para uma Agenda de Pesquisas sobre Democracia e Austeridade. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 63, n. 2, e20180320, 2020 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582020000200203&lng=en&nrm=iso>. access on 19 May 2021. Epub June 08, 2020. <https://doi.org/10.1590/001152582020207>.

TAVARES, Jeane Saskya Campos; KURATANI, Sayuri Miranda de Andrade. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 39, e184764, 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000100118&lng=en&nrm=iso>. access on 06 May 2021. Epub June 27, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003184764>.

TCHALEKIAN, Bruna Borba de Araújo; PEREIRA, Yasmin de Sousa. "Seminários Livres: Clínica, com quê?": contribuições de Marcus Vinícius de Oliveira Silva à psicologia brasileira. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 3, p. 891-911, set. 2018 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000300010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 maio 2021. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v18n3/v18n3a10.pdf>

UZIEL, Anna Paula et al . Sistema Prisional e Segurança Pública: Inquietações e Contribuições da Psicologia. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 38, n. spe2, p. 3-9, 2018 . Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000600003&lng=pt&nrm=iso>. em 05 maio 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000122018>.

acessos

VIANA, Ana Luiza d'Ávila; SILVA, Hudson Pacifico da. Meritocracia neoliberal e capitalismo financeiro: implicações para a proteção social e a saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 23(7), 2107-2118. 2018. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.07582018>